



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO PMSG Nº 044/2023.

Processo Administrativo nº 11.503/2023

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de São Gonçalo, por solicitação da **Secretaria Municipal de Administração** e intermédio da Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **maior percentual de desconto do item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 093, de 15 de Março de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, da Lei Municipal nº 357/2011, a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 15/01/2024

Horário: 10:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de prestação de serviço de Leiloeiro Público Oficial para administrar e operacionalizar a realização de leilões para alienação de bens inservíveis e irrecuperáveis de propriedade do Município de São Gonçalo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 O critério de julgamento adotado será o **maior percentual de desconto do item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

2.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

2.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

3.2. Este certame destina-se exclusivamente à participação de pessoas físicas e/ou empresários individuais, ou seja, leiloeiro matriculado e com situação regular em Junta Comercial Estadual e que atendam aos seguintes requisitos:

3.2.1. Possuir cadastro ativo, e sem restrição de atividade, de Leiloeiro Oficial, na Junta Comercial Estadual, de acordo com as disposições contidas no Decreto nº 21.981/1932, e na Instrução Normativa DREI nº 52, de 2022; e

3.2.2. Possuir os requisitos de habilitação exigidos neste edital.

3.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.3.1. Leiloeiros oficiais proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. Leiloeiros oficiais que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. Leiloeiros oficiais estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;

3.3.4. Leiloeiros oficiais que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.3.5. Leiloeiros oficiais que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

3.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

3.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

3.3.8. Sociedades cooperativas.

3.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.4.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.4.2. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.4.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.4.5. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.6. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital e seus anexos, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

4.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.7. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

4.8. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DA VISTORIA PRÉVIA

5.1. Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações onde estão depositados os bens públicos móveis inservíveis e irrecuperáveis a serem leiloados.

5.2. A vistoria, com o acompanhamento por servidor designado para esse fim, será realizada nos seguintes endereços: **Rua Sá Carvalho, nº 686, Brasilândia, São Gonçalo/RJ e Rua João Damasceno, nº 135, Porto Velho, São Gonçalo/RJ, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário de 9h às 16h, a ser agendado pela Comissão de Vistoria, Avaliação e Baixa de Bens Móveis Patrimoniais**, através do e-mail: miltonrf@pmsg.rj.gov.br

5.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

5.4. Para a vistoria o licitante, ou seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento dos bens, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes quanto ao estado dos bens a serem leiloados, devendo o licitante vencedor assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.6. O licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5.7. O interessado, porém, caso opte por não realizar a vistoria dos bens, deverá apresentar declaração formal de que têm pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto deste Certame, com esboço no verbete de Súmula nº 01/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ.

5.8. O modelo de Termo de Vistoria encontra-se no Anexo I do Termo de Referência.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. Deverá constar da proposta:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

- 6.1.1. O percentual de comissão a ser aplicado sobre o valor de venda dos bens arrematados, limitado a 5% (cinco por cento) com base no previsto no art. 24 do Decreto Federal nº 21.981, de 1932, considerando as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 6.1.2. Declaração expressa de que os preços contidos na proposta incluem todos os custos, tais como: salário, ônus tributários, fiscais, parafiscais, taxas, confecção de faixas, elaboração do edital de leilão e respectivo catálogo, elaboração do aviso do leilão para fins de publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município, site na internet, disponibilização de local para a realização do leilão e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto do Termo de Referência;
- 6.1.3. Especificação detalhada dos serviços ofertados, em atendimento às exigências estabelecidas no Termo de Referência;
- 6.1.4. Termo de Vistoria, conforme modelo constante do Anexo I do Termo de Referência.
- 6.1.4.1. A vistoria prévia à que se refere o **item 5** deste edital impossibilitará, sob qualquer hipótese, reclamações posteriores do licitante, quanto às particularidades, os detalhes e as características dos bens a serem alienados, das eventuais dificuldades para a realização do leilão.
- 6.1.5. Declaração de que dispõe de solução técnica para realização de leilão oficial, utilizando recursos de tecnologia da informação, permitindo recebimento de lances em ato presencial ou via WEB, concomitantemente;
- 6.1.6. Indicação do nome do preposto, se houver, para atuação no Leilão, nos casos de impedimentos do Leiloeiro Oficial, de acordo com o previsto no art. 11 do Decreto Federal nº 21.981, de 1932;
- 6.1.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.1.8. Validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.
- 6.2. Por limitação do sistema COMPRASNET, a disputa de lances durante a Sessão Pública deverá ocorrer da seguinte forma:
- 6.2.1. O sistema COMPRASNET apresentará como valor estimado R\$ 100,00 (cem reais), tratando-se apenas de valor fictício, sem qualquer significado.
- 6.2.2. A disputa ocorrerá pela menor Taxa de Comissão sobre a venda dos bens arrematados. Portanto, quem oferecer a MENOR TAXA será o vencedor.
- 6.2.3. Um lance de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) significa que o Licitante cobrará Taxa de Comissão de 4,75% (quatro vírgula setenta e cinco por cento) sobre o valor do lance vencedor (arrematado).
- 6.2.4. Um lance de R\$ 90,00 (noventa e reais) significa que o Licitante cobrará Taxa de Comissão de 4,50% (quatro vírgula cinco por cento) sobre o valor do lance vencedor (arrematado).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

6.2.5. Um lance de R\$ 75,00 (setenta e cinco e reais) significa que o Licitante cobrará Taxa de Comissão de 3,75% (três vírgula cinco por cento) sobre o valor do lance vencedor (arrematado).

6.2.6. Um lance de R\$ 50,00 (cinquenta e reais) significa que o Licitante cobrará Taxa de Comissão de 2,50% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor do lance vencedor (arrematado).

6.2.7. A tabela EXEMPLIFICATIVA a seguir estabelece algumas correlações entre os valores dos lances e os percentuais da Taxa de Comissão cobradas pelo Leiloeiro Público Oficial:

Valor do lance no COMPRASNET (R\$)	Significa que a taxa de Comissão a ser cobrada pelo Licitante será de (%):
100,00	5,00%
95,00	4,75%
90,00	4,50%
85,00	4,25%
80,00	4,00%
75,00	3,75%
50,00	2,50%
40,00	2,00%
30,00	1,50%
27,00	1,35%
25,00	1,25%
20,00	1,00%
15,00	0,75%
10,00	0,50%
5,00	0,25%
0,00	0%

6.2.8. O percentual de comissão aplicado sobre o valor de venda dos bens arrematados será limitado a 5% (cinco por cento).

6.2.9. O CONTRATANTE não responderá, nem mesmo solidariamente, pela solvência e adimplência dos Arrematantes-Compradores.

6.2.10. Em hipótese alguma será o CONTRATANTE responsável pela cobrança da comissão devida pelos Arrematantes-Compradores.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital e seus anexos.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A aceitação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito nas fases subsequentes.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor maior percentual de desconto do item, a ser aferido a partir da menor taxa de comissão ofertada pelo Leiloeiro Público Oficial, taxa esta limitada a 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado, conforme o Decreto nº 21.981/32 e em consonância com a Lei Nacional nº 10.520/2002, com o Decreto nº 093/2021 e, subsidiariamente, com a Lei Nacional nº 8.666/1993.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,01% (zero vírgula zero um por cento).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

- 7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19. O Critério de julgamento adotado será o maior percentual de desconto por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.21. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.25. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.26. **O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

realizada, acompanhada, se for o caso, dos anexos e documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto Municipal n.º 093/2021.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n° 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. A proposta de preço contendo as especificações detalhadas dos itens ofertados, com o valor atualizado da licitante detentora da melhor oferta; A proposta vencedora, DEVERÁ ser enviada ELETRONICAMENTE, NO PRAZO DE 24 (vinte e quatro) horas contando da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “ENVIAR ANEXO” do Portal Comprasnet, em arquivo único (conforme IN n°03/2018 MPOG art. 21, VI).

8.4.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5. Caso a Licitante não logre êxito em enviar eletronicamente ou equivocar-se no envio do arquivo através do sítio oficial (COMPRASNET), deverá oficializar a solicitação ao Pregoeiro da reabertura do prazo remanescente no sistema, através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br contendo o “printscreen” da tela e aviso por telefone **(21) 2199-6382**. Tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo após a análise do Pregoeiro.

8.6. Caso o sítio oficial (COMPRASNET) esteja indisponível, deverá registrar através da Plataforma de Atendimento disponível no Portal de Compras Governamentais (<http://portaldeservicos.planejamento.gov.br> ou 0800-978-9001) um acionamento do ocorrido, remetendo o protocolo através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br e aviso por telefone **(21)**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

2199-6382 ao Pregoeiro para reabertura do prazo remanescente no sistema. Após análise do Pregoeiro em consulta ao SERPRO, tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.10. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja comprovadamente compatível com o objeto desta licitação, conforme documentação apresentada e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

9.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.2.1. SICAF;

9.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.2.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.2.5. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 9.2.2, 9.2.3 e 9.2.4 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ e NIRE diferentes dos da licitante, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos do Termo de Referência, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.10. Da qualificação Econômico-Financeira

9.10.1. Certidão negativa de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

9.10.2. Não serão aceitos documentos com indicação de CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10.3. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação de balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.11. Habilitação jurídica:

9.11.1. Cédula de Identidade do Licitante;

9.11.2. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11.3. Matrícula do leiloeiro na junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

9.11.4. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.12. Estar devidamente credenciado no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF).



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

9.13. Certidões negativas de antecedentes criminais Federal e do Estado, que comprovem que o Leiloeiro Oficial não foi condenado por crime cuja pena vede o exercício da atividade mercantil.

9.13.1. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento oficial comprobatório de identificação de seus sócios e administradores;

9.13.1.1. Caso o participante seja sucursal, filial ou agência, deve ser apresentada inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis ou Junta Comercial onde opera, com devida averbação também no Registro Público de Empresas Mercantis ou Junta Comercial onde tem sede a matriz;

9.13.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da Consolidação respectiva;

9.13.2.1. Caso a licitante tenha constituído (s) procurador (es) que venha (m) atuar no presente processo, deverá ser encaminhada a procuração, emitida e registrada na forma da lei, acompanhada de documento oficial comprobatório de identificação do (s) procurador (es).

9.14. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.14.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.14.4. Certidão negativa de débitos trabalhistas.

9.14.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.14.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.14.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.14.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

9.14.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.14.10. A não apresentação de quaisquer dos documentos exigidos ocasionará a imediata inabilitação da licitante.

9.15. Habilitação Técnica

9.15.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelos licitantes serão:

9.15.1.1. Certidão de registro de Leiloeiro Oficial, emitida pela Junta Comercial;

9.15.1.2. Atestado capacidade técnico-operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual comprove que a licitante prestou ou está prestando, de forma satisfatória, serviço compatível com o objeto deste Termo de Referência, similar em quantidades e características;

9.15.1.3. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante especificadas no contrato social vigente;

9.15.1.4. Declaração de que dispõe de solução técnica para realização de leilão oficial, online, utilizando recursos de tecnologia da informação, permitindo a divulgação, recebimento de lances, e esclarecimentos de eventuais dúvidas dos interessados, por meio de site na internet;

9.15.1.5. Declaração formal de que disponibilizará estrutura operacional (pessoal e material) adequada ao perfeito cumprimento do objeto da contratação;

9.15.1.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

9.15.2. Conforme previsto no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, o CONTRATANTE poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de se comprovar a veracidade do (s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) pela licitante, quando poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o fornecimento apresentado no(s) atestado(s) foi(ram) realizado(s). Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

9.16. Não será aceito atestado de capacidade técnica emitido pela própria licitante.

9.17. A exigência de qualificação técnica faz-se necessária visando atender ao regramento do art. 27, II, c/c art. 30, §§1º e 4º, todos da Lei nº 8.666/93 e ao da alínea “d” do inciso XI do art. 3º do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

Decreto nº 093/2021, de modo a verificar a aptidão das licitantes para o cumprimento das obrigações objeto do certame.

9.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.19. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.20. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.21. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9.22. Em caso de anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, deverá ser comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente, sob pena de inabilitação.

9.23. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, **conforme os subitens 8.4 a 8.7 deste edital**, e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4. Para envio da proposta vencedora deverá ser observado o item 6 deste Edital, no que tange à apresentação do percentual de comissão.

10.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

10.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.8.1. A proposta final deverá ser encaminhada com os respectivos manuais, encartes/folders, *se for o caso* e demais informações pertinentes ao(s) respectivo(s) lote(s) vencidos no certame.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias **corridos** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

14.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência. (ANEXO I).

15. DO PAGAMENTO

15.1. A taxa de comissão licitada deverá ser descontada do valor arrematado/produto da venda, para o pagamento das custas com a realização do leilão, conforme percentual vencedor deste certame.

15.2. O CONTRATADO receberá diretamente do arrematante-comprador a comissão sobre o valor arrematado, assegurado o previsto no parágrafo único, do art. 24 do Decreto nº 21.981/32, não tendo o CONTRATANTE qualquer responsabilidade.

15.3. O CONTRATANTE não responderá, nem mesmo solidariamente, pela solvência e adimplência dos arrematantes-compradores.

15.4. Em hipótese alguma será o CONTRATANTE responsável pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes-compradores.

15.5. O CONTRATADO terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da realização de cada leilão para apresentar relatório de prestação de contas ao CONTRATANTE.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

15.6. O prazo para efetuar o recolhimento das importâncias devidas ao CONTRATANTE é de 05 (cinco) dias úteis, contados da aprovação do Relatório de Prestação de Contas, em conta bancária a ser informada pelo CONTRATANTE quando da referida aprovação.

16. DO TERMO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze).

16.6. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.7. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 19.1.1. Não assinar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho dentro do prazo.
- 19.1.2. Apresentar documentação falsa;
- 19.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.5. Não mantiver a proposta;
- 19.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 19.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 19.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 19.3.2. Multa de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)** sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da licitante;
- 19.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

19.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município de São Gonçalo e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

19.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

19.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

19.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2. A impugnação será realizada na forma eletrônica, por meio do e-mail pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

- 20.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.
- 20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 20.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 20.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 20.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 20.9. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <https://servicos.pmsg.rj.gov.br/licitacao/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, endereço Av. Presidente Kennedy, nº 765, Estrela do Norte, SG, nos dias úteis, no horário das 9:00 horas às 16:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

Anexo I do Termo de Referência - Termo de Vistoria

Anexo II do Termo de Referência - Descrição dos Lotes a Espera de Baixa por Leilão Público

ANEXO II – Proposta Comercial;

ANEXO III – Planilha Orçamentária;

ANEXO IV - Minuta de Contrato.

São Gonçalo, 28 de Dezembro de 2023.

LEONARDO NEVES DOS SANTOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Matrícula nº 122.993



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de prestação de serviço de Leiloeiro Público Oficial para administrar e operacionalizar a realização de leilões para alienação de bens inservíveis e irrecuperáveis de propriedade do Município de São Gonçalo.

1.2. A descrição do lote a ser leiloado consta do **Anexo II** deste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O Município de São Gonçalo, por intermédio da Comissão de Vistoria, Avaliação e Baixa de Bens Móveis Patrimoniais da Administração direta, após minuciosa avaliação de seus bens móveis, constatou que muitos deles encontram-se ociosos e inservíveis à utilização, pois considerados obsoletos, sucateados, irrecuperáveis, inservíveis e de recuperação antieconômica.

2.2. Os bens inservíveis classificados como irrecuperáveis ou antieconômicos poderão ser vendidos mediante concorrência, leilão ou convite. O leilão é a venda de bens públicos inservíveis da Administração Pública, precedidos de avaliação, mediante lances verbais.

2.3. A contratação de serviço de Leiloeiro Público Oficial proporcionará exequibilidade, maior dinâmica e eficiência nos leilões a serem realizados, preferencialmente, de forma eletrônica, operacionalizando o certame e diminuindo o tempo de permanência desses bens no pátio, evitando superlotação.

2.4. Além disso, o acúmulo desses bens pode ensejar problemas ambientais e até sanitários ao criarem ambientes próprios à proliferação de roedores, répteis e insetos, incluindo-se aí o *aedes aegypti*, mosquito transmissor do vírus da dengue, da chikungunya, da febre amarela e da febre zika.

2.5. Os bens móveis destinados à alienação encontram-se armazenados em espaço útil onde será construído hospital público municipal.

2.6. Considerando ainda que a Administração Municipal não dispõe de equipamentos necessários, tampouco de leiloeiro concursado a fim de promover o desenvolvimento satisfatório das atividades relacionadas ao leilão, e a necessidade de celeridade à preparação do leilão, justifica-se, portanto, a contratação de prestação de serviços de Leiloeiro Público Oficial, por intermédio de licitação na modalidade pregão eletrônico, a fim de administrar e operacionalizar a realização de leilões para a alienação de bens inservíveis e irrecuperáveis de propriedade do Município de São Gonçalo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

3. DA NATUREZA DO SERVIÇO

3.1. Trata-se de serviço comum de caráter não continuado, sem fornecimento de mão de obra e sem dedicação exclusiva, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por este Termo, pelo Edital e por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002 e do art. 3º, II, do Decreto nº 093/2021.

4. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. A presente licitação dar-se-á na **modalidade pregão eletrônico, do tipo maior percentual de desconto por lote único**, a ser aferido a partir da menor taxa de comissão ofertada pelo Leiloeiro Público Oficial, taxa esta limitada a 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado, conforme o Decreto nº 21.981/32 e em consonância com a Lei Nacional nº 10.520/2002, com o Decreto nº 093/2021 e, subsidiariamente, com a Lei Nacional nº 8.666/1993.

4.2. Não obstante, esclarece-se que o Decreto nº 121, de 03 de abril de 2023 dispõe que os órgãos da Administração direta, indireta e fundacional do Município de São Gonçalo poderão optar por licitar e contratar diretamente com fundamento na Lei nº 8.666/93, desde que a opção seja expressa e justificada.

4.3. Assim, tendo em vista a urgência na retirada desses bens, considerados sucateados, irrecuperáveis e inservíveis para a administração municipal, daquele local, será utilizada a Lei nº 8.666/93, a fim de que seja atribuída maior celeridade ao procedimento.

4.4. No que tange à opção pela adjudicação por lote único, ressalta-se que tal opção visa fomentar o maior número de licitantes interessados em participar da licitação, em atenção especial aos ganhos da aquisição em escala, característica principal das aquisições conjuntas, observando-se a ampla competição, conforme disposto no art. 23, §1º, da Lei 8.666/1993 e na Súmula nº 247 do TCU.

4.4.1. Frisa-se que o não parcelamento do objeto em itens, nos termos do art. 23, §1º da Lei nº 8.666/93, neste caso, demonstra-se técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, mas, sim, atingir a sua finalidade e efetividade no atendimento a contento das necessidades da Administração Pública, face à urgente necessidade de desocupação do espaço ocupado pelos itens que serão objeto de leilão.

4.4.2. Ademais, mostra-se legítima a adoção da adjudicação por lote único, pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários prestadores de serviços poderão implicar descontinuidade da padronização, bem assim em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Somado a isso,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo dos serviços, o que fica sobremaneira dificultado quanto se trata de diversos prestadores de serviços.

4.4.3. Assim, considerando os valores estimados dos itens descritos no Anexo II à espera de baixa por leilão público, o fracionamento em lotes poderia tornar a execução do objeto inviável economicamente e culminar em licitação deserta, viabilizando propostas apenas para os lotes de maior valor, frustrando o objetivo da licitação e prejuízo ao interesse da Administração.

4.5. O regime de execução será de forma indireta, do tipo empreitada por preço global, na forma do art. 6º, VIII, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista o objeto que se visa contratar.

5. DO FUNDAMENTO LEGAL

5.1. A contratação do serviço objeto deste Termo tem amparo legal nos Decretos Municipais nº 121/2023 e nº 093/2021, no Decreto Federal 21.981/32, e nas Leis Federais nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

6. DO PRAZO

6.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja comprovadamente compatível com o objeto desta licitação, conforme documentação apresentada e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.2.1. SICAF;

7.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

7.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.2.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

7.2.5. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens **7.2.2, 7.2.3 e 7.2.4** acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ e NIRE diferentes dos da licitante, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.8. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.9. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Termo de Referência, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

7.10. Da qualificação Econômico-Financeira

7.10.1. Certidão negativa de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

7.10.2. Não serão aceitos documentos com indicação de CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.10.3. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação de balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

7.11. Habilitação jurídica

7.11.1.1. Cédula de Identidade do Licitante;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

7.11.1.2. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.11.1.3. Matrícula do leiloeiro na junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

7.11.1.4. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.11.2. Estar devidamente credenciado no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF).

7.11.3. Certidões negativas de antecedentes criminais Federal e do Estado, que comprovem que o Leiloeiro Oficial não foi condenado por crime cuja pena vede o exercício da atividade mercantil.

7.11.3.1. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento oficial comprobatório de identificação de seus sócios e administradores;

7.11.3.1.1. Caso o participante seja sucursal, filial ou agência, deve ser apresentada inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis ou Junta Comercial onde opera, com devida averbação também no Registro Público de Empresas Mercantis ou Junta Comercial onde tem sede a matriz;

7.11.3.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da Consolidação respectiva;

7.11.3.2.1. Caso a licitante tenha constituído (s) procurador (es) que venha (m) atuar no presente processo, deverá ser encaminhada a procuração, emitida e registrada na forma da lei, acompanhada de documento oficial comprobatório de identificação do (s) procurador (es).

7.11.4. Regularidade fiscal e trabalhista

7.11.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.11.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.11.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.11.4.4. Certidão negativa de débitos trabalhistas.

7.11.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

7.11.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.11.4.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.11.4.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

7.11.4.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.11.4.10. A não apresentação de quaisquer dos documentos exigidos ocasionará a imediata inabilitação da licitante.

7.12. Da Habilitação Técnica

7.12.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelos licitantes serão:

7.12.1.1. Certidão de registro de Leiloeiro Oficial, emitida pela Junta Comercial;

7.12.1.2. Atestado capacidade técnico-operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual comprove que a licitante prestou ou está prestando, de forma satisfatória, serviço compatível com o objeto deste Termo de Referência, similar em quantidades e características;

7.12.1.3. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante especificadas no contrato social vigente;

7.12.1.4. Declaração de que dispõe de solução técnica para realização de leilão oficial, online, utilizando recursos de tecnologia da informação, permitindo a divulgação, recebimento de lances, e esclarecimentos de eventuais dúvidas dos interessados, por meio de site na internet;

7.12.1.5. Declaração formal de que disponibilizará estrutura operacional (pessoal e material) adequada ao perfeito cumprimento do objeto da contratação;

7.12.1.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

7.12.2. Conforme previsto no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, o CONTRATANTE poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de se comprovar a veracidade do (s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) pela licitante, quando poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o fornecimento



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

apresentado no(s) atestado(s) foi(ram) realizado(s). Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

7.13. Não será aceito atestado de capacidade técnica emitido pela própria licitante.

7.14. A exigência de qualificação técnica faz-se necessária visando atender ao regramento do art. 27, II, c/c art. 30, §§1º e 4º, todos da Lei nº 8.666/93 e ao da alínea “d” do inciso XI do art. 3º do Decreto nº 093/2021, de modo a verificar a aptidão das licitantes para o cumprimento das obrigações objeto do certame.

8. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução dos serviços para realização do leilão será autorizada e deverá ser iniciada a partir do recebimento da Ordem de Serviço expedida pelo CONTRATANTE.

8.2. O CONTRATADO deverá:

8.2.1. Divulgar o leilão por meio de endereço eletrônico na *internet* e distribuir material publicitário impresso sobre o evento (exemplo: folheto, cartilha, catálogo, livrete, dentre outros inerentes aos serviços de publicidade);

8.2.2. Oferecer infraestrutura para viabilizar a participação de interessados via *WEB* (página na *internet*);

8.2.3. Elaborar os avisos de leilão, submetendo as respectivas minutas para aprovação do CONTRATANTE, para publicação em jornal de grande circulação, por pelo menos 03 (três) vezes, devendo o último aviso discriminar, pormenorizadamente, os bens que serão leiloados, enunciar os gravames e eventuais ônus que recaiam sobre eles, e informar o horário e local para visitação e exame;

8.2.4. Elaborar Edital para publicação pelo CONTRATANTE no Diário Oficial Eletrônico do Município;

8.2.5. Elaborar edital oficial do leilão (catálogo), para reprodução pelo CONTRATANTE, contendo todas as condições do leilão, bem como a descrição completa dos bens, para distribuição gratuita aos interessados;

8.2.6. Fazer constar da divulgação do evento na *internet* e no material impresso a descrição dos bens ofertados, informações sobre o leilão oficial, telefones e endereço eletrônico (*e-mail*) para contatos e esclarecimentos adicionais;

8.2.7. Submeter, em tempo hábil para análise e aprovação do CONTRATANTE, minuta de todo o material publicitário, impresso ou não, a data, o local do evento, e qualquer decisão que possa impactar no andamento do leilão.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

8.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no decorrer dos procedimentos e na prestação de contas de cada leilão, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

8.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa do CONTRATADO, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.5. Os serviços serão recebidos definitivamente pelo CONTRATANTE após a conferência da prestação de contas definitivas do CONTRATADO.

8.6. A fiscalização do contrato terá 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da prestação de contas definitiva pelo CONTRATADO, para sua conferência e realização do recebimento definitivo mediante termo circunstanciado.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do CONTRATADO pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. DA PROPOSTA

9.1. Deverá constar da proposta:

9.1.1. O percentual de comissão a ser aplicado sobre o valor de venda dos bens arrematados, limitado a 5% (cinco por cento) com base no previsto no art. 24 do Decreto Federal nº 21.981, de 1932, considerando as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.1.2. Declaração expressa de que os preços contidos na proposta incluem todos os custos, tais como: salário, ônus tributários, fiscais, parafiscais, taxas, confecção de faixas, elaboração do edital de leilão e respectivo catálogo, elaboração do aviso do leilão para fins de publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município, site na *internet*, disponibilização de local para a realização do leilão e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência;

9.1.3. Especificação detalhada dos serviços ofertados, em atendimento às exigências estabelecidas neste Termo de Referência;

9.1.4. Termo de Vistoria, conforme modelo constante do **Anexo I** deste Termo de Referência.

9.1.4.1. A vistoria prévia à que se refere o **item 10** deste Termo de Referência impossibilitará, sob qualquer hipótese, reclamações posteriores do licitante, quanto às particularidades, os detalhes e as características dos bens a serem alienados, das eventuais dificuldades para a realização do leilão.

9.1.5. Declaração de que dispõe de solução técnica para realização de leilão oficial, utilizando recursos de tecnologia da informação, permitindo recebimento de lances em ato presencial ou via *WEB*, concomitantemente;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

9.1.6. Indicação do nome do preposto, se houver, para atuação no Leilão, nos casos de impedimentos do Leiloeiro Oficial, de acordo com o previsto no art. 11 do Decreto Federal nº 21.981, de 1932;

9.1.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

9.1.8. Validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

9.2. Por limitação do sistema COMPRASNET, a disputa de lances durante a Sessão Pública deverá ocorrer da seguinte forma:

9.2.1. O sistema COMPRASNET apresentará como valor estimado R\$ 100,00 (cem reais), tratando-se apenas de valor fictício, sem qualquer significado.

9.2.2. A disputa ocorrerá pela menor Taxa de Comissão sobre a venda dos bens arrematados. Portanto, quem oferecer a MENOR TAXA será o vencedor.

9.2.3. Um lance de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) significa que o Licitante cobrará Taxa de Comissão de 4,75% (quatro vírgula setenta e cinco por cento) sobre o valor do lance vencedor (arrematado).

9.2.4. Um lance de R\$ 90,00 (noventa e reais) significa que o Licitante cobrará Taxa de Comissão de 4,50% (quatro vírgula cinco por cento) sobre o valor do lance vencedor (arrematado).

9.2.5. Um lance de R\$ 75,00 (setenta e cinco e reais) significa que o Licitante cobrará Taxa de Comissão de 3,75% (três vírgula cinco por cento) sobre o valor do lance vencedor (arrematado).

9.2.6. Um lance de R\$ 50,00 (cinquenta e reais) significa que o Licitante cobrará Taxa de Comissão de 2,50% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor do lance vencedor (arrematado).

9.2.7. A tabela EXEMPLIFICATIVA a seguir estabelece algumas correlações entre os valores dos lances e os percentuais da Taxa de Comissão cobradas pelo Leiloeiro Público Oficial:

Valor do lance no COMPRASNET (R\$)	Significa que a taxa de Comissão a ser cobrada pelo Licitante será de (%):
100,00	5,00%
95,00	4,75%
90,00	4,50%
85,00	4,25%
80,00	4,00%
75,00	3,75%
50,00	2,50%
40,00	2,00%
30,00	1,50%



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

27,00	1,35%
25,00	1,25%
20,00	1,00%
15,00	0,75%
10,00	0,50%
5,00	0,25%
0,00	0%

9.2.8. O percentual de comissão aplicado sobre o valor de venda dos bens arrematados será limitado a 5% (cinco por cento).

9.2.9. O CONTRATANTE não responderá, nem mesmo solidariamente, pela solvência e adimplência dos Arrematantes-Compradores.

9.2.10. Em hipótese alguma será o CONTRATANTE responsável pela cobrança da comissão devida pelos Arrematantes-Compradores.

10. DA VISTORIA PRÉVIA

10.1. Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações onde estão depositados os bens públicos móveis inservíveis e irrecuperáveis a serem leiloados.

10.2. A vistoria, com o acompanhamento por servidor designado para esse fim, será realizada nos seguintes endereços: **Rua Sá Carvalho, nº 686, Brasilândia, São Gonçalo/RJ e Rua João Damasceno, nº 135, Porto Velho, São Gonçalo/RJ, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário de 9h às 16h, a ser agendado pela Comissão de Vistoria, Avaliação e Baixa de Bens Móveis Patrimoniais**, através do e-mail: miltonrf@pmsg.rj.gov.br

10.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

10.4. Para a vistoria o licitante, ou seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

10.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento dos bens, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes quanto ao estado dos bens a serem leiloados, devendo o licitante vencedor assumir os ônus dos serviços decorrentes.

10.6. O licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

10.7. O interessado, porém, caso opte por não realizar a vistoria dos bens, deverá apresentar declaração formal de que têm pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto deste Certame, com espeque no verbete de Súmula nº 01/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ.

10.8. O modelo de Termo de Vistoria encontra-se no **Anexo I** deste Termo de Referência.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Publicar o Edital no Diário Oficial do Município;

11.2. Acompanhar, por meio da Secretaria Municipal de Administração, todas as etapas do leilão, por intermédio da Comissão de Vistoria, Avaliação e Baixa de Bens Móveis Patrimoniais;

11.3. A Comissão de Vistoria, Avaliação e Baixa de Bens Móveis Patrimoniais deverá apresentar ao CONTRATADO a relação de todos os bens a serem leiloados;

11.4. Determinar, juntamente com o CONTRATADO, data e hora para realização do Leilão;

11.5. Assegurar o livre acesso do CONTRATADO e seus empregados, quando devidamente identificados, às unidades onde se encontram os bens a serem leiloados, acompanhados pela Comissão de Leilão do CONTRATANTE;

11.6. Após assinatura do Chefe do Executivo, proceder à entrega das Autorizações para Transferências de Veículos (DUT) e CRLV, devidamente preenchidas e assinadas com firma reconhecida, para os respectivos arrematantes.

11.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade responsável pela contratação para as providências cabíveis.

11.8. Notificar o CONTRATADO por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação de empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até o seu encerramento do leilão, com a devida prestação de contas;

12.2. Elaborar os avisos de leilão para publicação na imprensa, submetendo as respectivas minutas para aprovação do CONTRATANTE;

12.3. Elaborar edital para publicação pelo CONTRATANTE no Diário Oficial Eletrônico do Município;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

- 12.4.** Elaborar edital oficial do leilão (catálogo), para reprodução pelo CONTRATANTE, contendo todas as condições do leilão, bem como a descrição completa dos bens, para distribuição gratuita aos interessados;
- 12.5.** Preparar o material para anúncio do leilão, cuja publicidade deverá ser de, no mínimo, 03 (três) vezes em jornal de grande circulação, devendo a última discriminar, pormenorizadamente, os bens que serão leiloados, enunciar os gravames e eventuais ônus que recaiam sobre eles, e informar o horário e local para visita e exame;
- 12.6.** Orientar a Comissão de Vistoria, Avaliação e Baixa de Bens Móveis Patrimoniais, para agrupar e relacionar os bens disponíveis para leilão em lotes, bem como proceder à avaliação dos mesmos através de Laudo de Avaliação, caso seja necessário;
- 12.7.** Remeter mala direta aos interessados e arrematantes integrantes do cadastro do Licitante Vencedor;
- 12.8.** Proceder à entrega dos bens aos arrematantes, mediante apresentação das notas de vendas emitidas e devidamente liberadas pelo CONTRATADO;
- 12.9.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.10.** Manter durante toda a vigência do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.11.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.12.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.13.** Cabem ao CONTRATADO, além do cumprimento das obrigações, deveres, metodologias e rotinas descritos neste Termo de Referência, as obrigações dispostas no Decreto nº 21.981/32;
- 12.14.** Não utilizar o nome da Secretaria Municipal de Administração ou da Prefeitura Municipal de São Gonçalo em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos, com exceção da divulgação do evento específico (leilão), salvo por autorização expressa do CONTRATANTE;
- 12.15.** Prestar contas, por meio de relatório, contendo: demonstrativo financeiro, comprovantes de pagamentos (Notas Fiscais) correspondentes, e o recolhimento das importâncias recebidas em até **30 trinta (dias) corridos**, a contar da data de realização do leilão;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

- 12.16.** Cumprir fielmente o modelo de execução estabelecido no **item 8** deste Termo de Referência;
- 12.17.** Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto deste Termo de Referência, sem ônus para o CONTRATANTE;
- 12.18.** Disponibilizar número de telefones, fax, *e-mails* ou outro meio hábil para comunicação pelo CONTRATANTE, durante a vigência do contrato;
- 12.19.** No ato da entrega dos itens arrematados, o CONTRATADO deverá preencher os dados do arrematante, datar e encaminhar uma cópia ao CONTRATANTE;
- 12.20.** Estabelecer horário para visitação bens móveis a serem leiloados, com a supervisão da Comissão de Vistoria, Avaliação e Baixa de Bens Móveis Patrimoniais;
- 12.21.** Proceder à baixa de registro de veículos vendidos como sucata, junto ao DETRAN-RJ, conforme Resolução nº 11/98 do CONTRAN.
- 12.22.** Realizar os leilões com observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária;
- 12.23.** O CONTRATADO deverá orientar o arrematante quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado;
- 12.24.** O CONTRATADO deverá entregar à Secretaria Municipal de Administração a Ata de Leilão em até **30 (trinta) dias corridos** após a realização da sessão pública do certame, contendo, dentre outras, as seguintes informações:
- a)** todos os lances ofertados para o(s) lote(s) ou, pelo menos, os três maiores, se houver, constando nome completo/firma, endereço e telefone dos ofertantes;
 - b)** nome completo/firma, CPF/CNPJ e número de identidade do arrematante vencedor;
 - c)** endereço e telefone do arrematante vencedor;
 - d)** valor do lance vencedor ofertado;
 - e)** relatório contendo descrição e esclarecimentos detalhados – para cada lote licitado – sobre o trabalho realizado para oferecimento dos bens, indicando, inclusive, nomes, endereços e outros dados relevantes das pessoas contatadas, informando, ainda, quais foram os motivos que dificultaram a arrematação dos bens; e
 - f)** demais fatos relevantes ocorridos no Leilão, inclusive a não ocorrência de lance para determinado bem.
- 12.25.** A prestação de serviço de leiloeiro não gera vínculo empregatício entre os seus empregados e o CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

13. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1. O CONTRATADO terá o prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, a contar da data de encerramento do leilão, para apresentar ao CONTRATANTE o relatório de prestação de contas, contendo:

13.1.1. Demonstrativo financeiro, comprovantes de despesas realizadas em consonância com as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, os comprovantes de arrematação com as Notas Fiscais correspondentes, o recolhimento do valor total das importâncias recebidas descontado o valor da comissão ofertada neste Pregão, inclusive os tributos previstos na legislação em vigor.

13.2. O relatório de prestação de contas do Leilão somente será aprovado pela Secretaria Municipal de Administração se cumpridas, pelo CONTRATADO todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;

13.3. O recolhimento das importâncias devidas ao CONTRATANTE, descontados o percentual de comissão de vendas ofertado, deverá ser efetuado na conta a ser indicada posteriormente ao CONTRATADO.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. Considerando o art. 24 da Instrução Normativa DREI nº 17, de 05 de dezembro de 2013, a atividade de leiloeiro possui caráter privativo e pessoal, vinculada a uma matrícula e exercida por pessoa física, logo, não se admitem as combinações de negócio como fusão, cisão ou incorporação do CONTRATADO com/em pessoa jurídica ou qualquer forma de transferência da execução dos serviços privativos do profissional, mesmo que por outro devidamente matriculado para a atividade.

15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por representantes do CONTRATANTE, especialmente designados.

15.2. Os servidores designados para fiscalização do contrato deverão possuir qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A fiscalização da presente contratação será exercida por pelo menos 02 (dois) servidores lotados na Secretaria Municipal de Administração, formalmente designados, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da contratação e de tudo darão ciência à Administração;

15.4. Os fiscais anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego do produto inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666/93.

16. DO PAGAMENTO

16.1. A taxa de comissão licitada deverá ser descontada do valor arrematado/produto da venda, para o pagamento das custas com a realização do leilão, conforme percentual vencedor deste certame.

16.2. O CONTRATADO receberá diretamente do arrematante-comprador a comissão sobre o valor arrematado, assegurado o previsto no parágrafo único, do art. 24 do Decreto nº 21.981/32, não tendo o CONTRATANTE qualquer responsabilidade.

16.3. O CONTRATANTE não responderá, nem mesmo solidariamente, pela solvência e adimplência dos arrematantes-compradores.

16.4. Em hipótese alguma será o CONTRATANTE responsável pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes-compradores.

16.5. O CONTRATADO terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da realização de cada leilão para apresentar relatório de prestação de contas ao CONTRATANTE.

16.6. O prazo para efetuar o recolhimento das importâncias devidas ao CONTRATANTE é de 05 (cinco) dias úteis, contados da aprovação do Relatório de Prestação de Contas, em conta bancária a ser informada pelo CONTRATANTE quando da referida aprovação.

17. DO REAJUSTAMENTO

17.1. A taxa de comissão devida ao CONTRATADO será fixa e irredutível, a qual é deduzida do valor do lote arrematado, conforme o percentual vencedor deste certame.

18. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, uma vez que o objeto deste processo licitatório se refere à prestação de um serviço, em que o pagamento devido CONTRATANTE (na condição de comitente) limitar-se-á à taxa de comissão, que é deduzida do valor do lote arrematado.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

19. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pelo CONTRATADO, o CONTRATANTE aplicará as seguintes sanções administrativas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93:

- a) Advertência escrita;
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- c) Suspensão temporária;
- d) Declaração de inidoneidade.

19.2. Da aplicação da Advertência por escrito:

19.2.1. Caso o CONTRATADO infrinja quaisquer das obrigações ajustadas no contrato e for a primeira falta, ser-lhe-á aplicada uma Advertência por escrito. Neste caso, será concedido, formalmente, pela FISCALIZAÇÃO, prazo ao CONTRATADO para sanar as irregularidades.

19.3. Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato

19.3.1. Os servidores designados a exercerem a fiscalização da execução do contrato, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei nº 8.666/93.

19.3.2. A multa à que se referem o art. 86 e o inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666/93, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

19.3.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o somatório dos arremates do referido processo licitatório em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia, e a critério do CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

19.3.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o somatório dos arremates do referido processo licitatório, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.3.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o somatório dos arremates do referido processo licitatório, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

19.3.2.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

19.4. Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa

19.4.1. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará o CONTRATADO sujeito à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

19.4.2. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

19.4.3. As multas serão recolhidas em favor do CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser ao CONTRATADO, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, consoante a regra prevista na alínea “f” do inciso I do art.109 da Lei nº 8.666/93.

19.4.4. Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pelo CONTRATADO, no prazo estipulado no **subitem 19.4.3**, será promovido o desconto do valor devido, primeiramente executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte do CONTRATADO, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

19.4.5. A imposição de qualquer penalidade não exime o CONTRATADO do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública.

19.4.6. Será considerado como inexecução total da obrigação, por parte do CONTRATADO, atraso na prestação dos serviços ou interrupção superior a 15 (quinze) dias corridos.

19.4.7. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pelo Secretário Municipal de Administração.

19.5. Da Suspensão temporária: É a penalidade que suspende a participação em licitação e declara o impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, por prazo não superior a 2 (dois) anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado no Diário Oficial.

19.6. Da Declaração de inidoneidade: É a declaração que impede a Empresa Licitante ou CONTRATADO de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a Licitante ou CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

19.6.1. O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou CONTRATADO será encaminhado à Procuradoria Geral do Município para apreciação, antes de ser publicado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

19.6.2. Também ficam sujeitas às penalidades do artigo 87, III e IV, da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:

19.6.2.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.6.2.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.6.2.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993.

19.6.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município de São Gonçalo, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

19.6.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LEILOEIRO

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado neste Termo de Referência.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo licitante estão previstos neste Termo de Referência.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo licitante serão:

20.3.1. Certidão de registro de Leiloeiro Oficial emitida pela Junta Comercial;

20.3.2. Atestado de capacidade técnico-operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o licitante prestou ou está prestando, de forma satisfatória, serviço compatível com o objeto deste Termo de Referência, similar em quantidades e características;

20.3.3. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária do licitante especificadas no contrato social vigente;

20.3.4. Declaração de que dispõe de solução técnica para realização de leilão oficial, online, utilizando recursos de tecnologia da informação, permitindo a divulgação, recebimento de lances, e esclarecimentos de eventuais dúvidas dos interessados, por meio de site na internet;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

20.3.5. Declaração formal de que disponibilizará estrutura operacional (pessoal e material) adequada ao perfeito cumprimento do objeto da contratação.

20.4. O critério de julgamento basear-se-á nos percentuais ofertados individualmente pelos concorrentes, pelos serviços de operacionalização de leilões dos bens considerados inservíveis e irrecuperáveis, os quais incidirão sobre o valor da alienação de cada lote;

20.5. A classificação ocorrerá de forma crescente do somatório dos percentuais ofertados, descritas no subitem anterior.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE VISTORIA

Eu, _____ Leiloeiro Oficial, inscrito na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº _____, **DECLARO** que vistoriei os bens do **Município de São Gonçalo**, disponibilizados para alienação, e que tomei conhecimento das peculiaridades, examinei particularmente todos os detalhes, tomei ciência das características dos bens a serem alienados, das eventuais dificuldades para a realização do Leilão e demais informações necessárias à elaboração da proposta.

Local e data

Nome e Assinatura

CPF nº

Leiloeiro Oficial registrado na Junta Comercial sob o nº _____



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

LOTE ÚNICO

ITENS A ESPERA DE BAIXA POR LEILÃO PÚBLICO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR LÍQUIDO – SISTEMA PATRIMONIAL
MOBILIÁRIO EM GERAL	19.155	R\$ 606.895,73
VEÍCULOS EM GERAL	50	R\$ 502.202,64
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM GERAL	768	R\$ 178.426,64
MATERIAL DE REFRIGERAÇÃO EM GERAL	109	R\$ 30.888,53
TOTAL	20.082	R\$ 1.318.413,54

Nota 1: Os Valores Líquidos dos Bens foram extraídos do Programa Sistema Patrimonial com as depreciações no momento, sendo que possivelmente não deverá refletir o valor de venda no ato do Leilão, em razão do seu avançado estado de imprestabilidade, ficando a cargo de Leiloeiro contratado promover a avaliação final dos Bens.

Nota 2: As Quantidades Estimadas podem variar de acordo com o curso das atividades desenvolvidas pela Comissão de Vistoria, Avaliação e Baixa de Bens Móveis Patrimoniais.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL

Proponente:		
Endereço:		
Modalidade: Pregão Eletrônico _____		Nº ____/2023
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias		Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)
CNPJ.:		Insc. Estadual:
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PORCENTAGEM (%)
1	LEILOEIRO	
Valor total:		
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____		
DATA		
CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE		



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

ANEXO III

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PORCENTAGEM MÁXIMA (%)
1	LEILOEIRO	5%
VALOR TOTAL REFERENCIAL: R\$ 1.318.413,54 (ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA)		
VALOR TOTAL REFERENCIAL POR EXTENSO: UM MILHÃO E TREZENTOS E DEZOITO MIL E QUATROCENTOS E TREZE REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS		



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2023

**TERMO DE CONTRATO PARA
CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE LEILOEIRO PÚBLICO
OFICIAL PARA ADMINISTRAR E
OPERACIONALIZAR A REALIZAÇÃO DE
LEILÕES PARA ALIENAÇÃO DE BENS
INSERVÍVEIS E IRRECUPERÁVEIS DE
PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO
GONÇALO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO E A**
_____.

Aos ____ (_____) dias do mês de (_____) do ano de 2023 o **Município de São Gonçalo**, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominado CONTRATANTE, representado, neste ato, pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE _____, o(a) Sr.(Srª) _____, brasileiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ expedida pelo _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – sob o nº _____, e do outro lado a _____, doravante denominada CONTRATADA, estabelecida a _____, nº. ____ – _____ – ____/____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, _____, _____, _____, _____, expedida pelo _____, e, tendo em vista a decisão proferida no Processo Administrativo nº **11.503/2023**, através do Pregão Eletrônico PMSG N.º ____/2023 assinam o presente Contrato, o qual se regerá nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 093, de 15 de Março de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, da Lei Municipal nº 357/2011, a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e ainda pelas cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO

1.1. O objeto do presente contrato é a contratação de prestação de serviço de Leiloeiro Público Oficial para administrar e operacionalizar a realização de leilões para alienação de bens inservíveis e irrecuperáveis de propriedade do Município de São Gonçalo.

1.2. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A execução dos serviços para realização do leilão será autorizada e deverá ser iniciada a partir do recebimento da Ordem de Serviço expedida pelo CONTRATANTE.

2.2. O CONTRATADO deverá:

2.2.1. Divulgar o leilão por meio de endereço eletrônico na *internet* e distribuir material publicitário impresso sobre o evento (exemplo: folheto, cartilha, catálogo, livrete, dentre outros inerentes aos serviços de publicidade);

2.2.2. Oferecer infraestrutura para viabilizar a participação de interessados via WEB (página na internet);

2.2.3. Elaborar os avisos de leilão, submetendo as respectivas minutas para aprovação do CONTRATANTE, para publicação em jornal de grande circulação, por pelo menos 03 (três) vezes, devendo o último aviso discriminar, pormenorizadamente, os bens que serão leiloados, enunciar os gravames e eventuais ônus que recaiam sobre eles, e informar o horário e local para visitação e exame;

2.2.4. Elaborar Edital para publicação pelo CONTRATANTE no Diário Oficial Eletrônico do Município;

2.2.5. Elaborar edital oficial do leilão (catálogo), para reprodução pelo CONTRATANTE, contendo todas as condições do leilão, bem como a descrição completa dos bens, para distribuição gratuita aos interessados;

2.2.6. Fazer constar da divulgação do evento na *internet* e no material impresso a descrição dos bens ofertados, informações sobre o leilão oficial, telefones e endereço eletrônico (*e-mail*) para contatos e esclarecimentos adicionais;

2.2.7. Submeter, em tempo hábil para análise e aprovação do CONTRATANTE, minuta de todo o material publicitário, impresso ou não, a data, o local do evento, e qualquer decisão que possa impactar no andamento do leilão.

2.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no decorrer dos procedimentos e na prestação de contas de cada leilão, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa do CONTRATADO, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

2.5. Os serviços serão recebidos definitivamente pelo CONTRATANTE após a conferência da prestação de contas definitivas do CONTRATADO.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

2.6. A fiscalização do contrato terá 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da prestação de contas definitiva pelo CONTRATADO, para sua conferência e realização do recebimento definitivo mediante termo circunstanciado.

2.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do CONTRATADO pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1. Obrigações da Contratada:

3.1.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação de empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até o seu encerramento do leilão, com a devida prestação de contas;

3.1.2. Elaborar os avisos de leilão para publicação na imprensa, submetendo as respectivas minutas para aprovação do CONTRATANTE;

3.1.3. Elaborar edital para publicação pelo CONTRATANTE no Diário Oficial Eletrônico do Município;

3.1.4. Elaborar edital oficial do leilão (catálogo), para reprodução pelo CONTRATANTE, contendo todas as condições do leilão, bem como a descrição completa dos bens, para distribuição gratuita aos interessados;

3.1.5. Preparar o material para anúncio do leilão, cuja publicidade deverá ser de, no mínimo, 03 (três) vezes em jornal de grande circulação, devendo a última discriminar, pormenorizadamente, os bens que serão leiloados, enunciar os gravames e eventuais ônus que recaiam sobre eles, e informar o horário e local para visitação e exame;

3.1.6. Orientar a Comissão de Vistoria, Avaliação e Baixa de Bens Móveis Patrimoniais, para agrupar e relacionar os bens disponíveis para leilão em lotes, bem como proceder à avaliação dos mesmos através de Laudo de Avaliação, caso seja necessário;

3.1.7. Remeter mala direta aos interessados e arrematantes integrantes do cadastro do Licitante Vencedor;

3.1.8. Proceder à entrega dos bens aos arrematantes, mediante apresentação das notas de vendas emitidas e devidamente liberadas pelo CONTRATADO;

3.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

- 3.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 3.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 3.1.12. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 3.1.13. Cabem ao CONTRATADO, além do cumprimento das obrigações, deveres, metodologias e rotinas descritos no Termo de Referência, as obrigações dispostas no Decreto nº 21.981/32;
- 3.1.14. Não utilizar o nome da Secretaria Municipal de Administração ou da Prefeitura Municipal de São Gonçalo em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos, com exceção da divulgação do evento específico (leilão), salvo por autorização expressa do CONTRATANTE;
- 3.1.15. Prestar contas, por meio de relatório, contendo: demonstrativo financeiro, comprovantes de pagamentos (Notas Fiscais) correspondentes, e o recolhimento das importâncias recebidas em até 30 trinta (dias) corridos, a contar da data de realização do leilão;
- 3.1.16. Cumprir fielmente o modelo de execução estabelecido no item 8 do Termo de Referência;
- 3.1.17. Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Termo de Referência, sem ônus para o CONTRATANTE;
- 3.1.18. Disponibilizar número de telefones, fax, *e-mails* ou outro meio hábil para comunicação pelo CONTRATANTE, durante a vigência do contrato;
- 3.1.19. No ato da entrega dos itens arrematados, o CONTRATADO deverá preencher os dados do arrematante, datar e encaminhar uma cópia ao CONTRATANTE;
- 3.1.20. Estabelecer horário para visitação bens móveis a serem leiloados, com a supervisão da Comissão de Vistoria, Avaliação e Baixa de Bens Móveis Patrimoniais;
- 3.1.21. Proceder à baixa de registro de veículos vendidos como sucata, junto ao DETRAN-RJ, conforme Resolução nº 11/98 do CONTRAN.
- 3.1.22. Realizar os leilões com observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária;
- 3.1.23. O CONTRATADO deverá orientar o arrematante quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

3.1.24. O CONTRATADO deverá entregar à Secretaria Municipal de Administração a Ata de Leilão em até 30 (trinta) dias corridos após a realização da sessão pública do certame, contendo, dentre outras, as seguintes informações:

- a) todos os lances ofertados para o(s) lote(s) ou, pelo menos, os três maiores, se houver, constando nome completo/firma, endereço e telefone dos ofertantes;
- b) nome completo/firma, CPF/CNPJ e número de identidade do arrematante vencedor;
- c) endereço e telefone do arrematante vencedor;
- d) valor do lance vencedor ofertado;
- e) relatório contendo descrição e esclarecimentos detalhados – para cada lote licitado – sobre o trabalho realizado para oferecimento dos bens, indicando, inclusive, nomes, endereços e outros dados relevantes das pessoas contatadas, informando, ainda, quais foram os motivos que dificultaram a arrematação dos bens; e
- f) demais fatos relevantes ocorridos no Leilão, inclusive a não ocorrência de lance para determinado bem.

3.1.25. A prestação de serviço de leiloeiro não gera vínculo empregatício entre os seus empregados e o CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.2. Obrigações da Contratante:

- 3.2.1. Publicar o Edital no Diário Oficial do Município;
- 3.2.2. Acompanhar, por meio da Secretaria Municipal de Administração, todas as etapas do leilão, por intermédio da Comissão de Vistoria, Avaliação e Baixa de Bens Móveis Patrimoniais;
- 3.2.3. A Comissão de Vistoria, Avaliação e Baixa de Bens Móveis Patrimoniais deverá apresentar ao CONTRATADO a relação de todos os bens a serem leiloados;
- 3.2.4. Determinar, juntamente com o CONTRATADO, data e hora para realização do Leilão;
- 3.2.5. Assegurar o livre acesso do CONTRATADO e seus empregados, quando devidamente identificados, às unidades onde se encontram os bens a serem leiloados, acompanhados pela Comissão de Leilão do CONTRATANTE;
- 3.2.6. Após assinatura do Chefe do Executivo, proceder à entrega das Autorizações para Transferências de Veículos (DUT) e CRLV, devidamente preenchidas e assinadas com firma reconhecida, para os respectivos arrematantes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

3.2.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade responsável pela contratação para as providências cabíveis.

3.2.8. Notificar o CONTRATADO por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O percentual de comissão a ser aplicado sobre o valor de venda dos bens arrematados, será de ____% (____ por cento) com base no previsto no art. 24 do Decreto Federal nº 21.981, de 1932 e conforme da cláusula quinta deste contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A taxa de comissão licitada deverá ser descontada do valor arrematado/produto da venda, para o pagamento das custas com a realização do leilão, conforme percentual vencedor deste certame.

5.2. O CONTRATADO receberá diretamente do arrematante-comprador a comissão sobre o valor arrematado, assegurado o previsto no parágrafo único, do art. 24 do Decreto nº 21.981/32, não tendo o CONTRATANTE qualquer responsabilidade.

5.3. O CONTRATANTE não responderá, nem mesmo solidariamente, pela solvência e adimplência dos arrematantes-compradores.

5.4. Em hipótese alguma será o CONTRATANTE responsável pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes-compradores.

5.5. O CONTRATADO terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da realização de cada leilão para apresentar relatório de prestação de contas ao CONTRATANTE.

5.6. O prazo para efetuar o recolhimento das importâncias devidas ao CONTRATANTE é de 05 (cinco) dias úteis, contados da aprovação do Relatório de Prestação de Contas, em conta bancária a ser informada pelo CONTRATANTE quando da referida aprovação.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO

6.1. A taxa de comissão devida ao CONTRATADO será fixa e irreajustável, a qual é deduzida do valor do lote arrematado, conforme o percentual vencedor deste certame.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

7.1. Considerando o art. 24 da Instrução Normativa DREI nº 17, de 05 de dezembro de 2013, a atividade de leiloeiro possui caráter privativo e pessoal, vinculada a uma matrícula e exercida por pessoa física, logo, não se admitem as combinações de negócio como fusão, cisão ou incorporação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

do CONTRATADO com/em pessoa jurídica ou qualquer forma de transferência da execução dos serviços privativos do profissional, mesmo que por outro devidamente matriculado para a atividade.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. O presente Contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

I – Por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato.

II – Unilateralmente pela Administração.

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei n.º 8.666/93.

9. CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pelo CONTRATADO, o CONTRATANTE aplicará as seguintes sanções administrativas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93:

- a) Advertência escrita;
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- c) Suspensão temporária;
- d) Declaração de inidoneidade.

9.2. Da aplicação da Advertência por escrito:

9.2.1. Caso o CONTRATADO infrinja quaisquer das obrigações ajustadas no contrato e for a primeira falta, ser-lhe-á aplicada uma Advertência por escrito. Neste caso, será concedido, formalmente, pela FISCALIZAÇÃO, prazo ao CONTRATADO para sanar as irregularidades.

9.3. Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato

9.3.1. Os servidores designados a exercerem a fiscalização da execução do contrato, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei nº 8.666/93.

9.3.2. A multa à que se referem o art. 86 e o inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666/93, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

9.3.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o somatório dos arremates do referido processo licitatório em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia, e a critério do CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

9.3.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o somatório dos arremates do referido processo licitatório, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

9.3.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o somatório dos arremates do referido processo licitatório, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

9.3.2.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

9.4. Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa

9.4.1. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará o CONTRATADO sujeito à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

9.4.2. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

9.4.3. As multas serão recolhidas em favor do CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser ao CONTRATADO, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, consoante a regra prevista na alínea “F” do inciso I do art.109 da Lei nº 8.666/93.

9.4.4. Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pelo CONTRATADO, no prazo estipulado no subitem 9.4.3, será promovido o desconto do valor devido, primeiramente executando-se a garantia (se houver)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte do CONTRATADO, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

9.4.5. A imposição de qualquer penalidade não exime o CONTRATADO do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública.

9.4.6. Será considerado como inexecução total da obrigação, por parte do CONTRATADO, atraso na prestação dos serviços ou interrupção superior a 15 (quinze) dias corridos.

9.4.7. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pelo Secretário Municipal de Administração.

9.5. Da Suspensão temporária: É a penalidade que suspende a participação em licitação e declara o impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, por prazo não superior a 2 (dois) anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado no Diário Oficial.

9.6. Da Declaração de inidoneidade: É a declaração que impede a Empresa Licitante ou CONTRATADO de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a Licitante ou CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

9.6.1. O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou CONTRATADO será encaminhado à Procuradoria Geral do Município para apreciação, antes de ser publicado.

9.6.2. Também ficam sujeitas às penalidades do artigo 87, III e IV, da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:

9.6.2.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.6.2.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.6.2.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.6.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

9.6.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município de São Gonçalo, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

9.6.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E DA INEXECUÇÃO

10.1. As hipóteses de rescisão e inexecução serão regulamentadas pelas disposições contidas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal 8.666/93.

10.2. A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no Art. 78, Inciso I a XII e XVII e XVIII, da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba a CONTRATADA qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

10.3. Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS FORTUITOS OU MOTIVOS DE FORÇA MAIOR

11.1. Os casos fortuitos ou motivos de força maior ocorridos com qualquer das partes prolongam, pelo período efetivo de sua duração, o prazo para o cumprimento das obrigações contratuais das PARTES, desde que, comprovadamente, afetem os trabalhos relacionados com o objeto deste CONTRATO.

11.2. Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão informados por escrito pela fiscalização da Secretaria Municipal de Administração, para que este decida sobre a atitude a ser tomada, desde que, comprovadamente, afetem as entregas do objeto deste CONTRATO.

11.3. Enquanto perdurar o caso fortuito ou o motivo de força maior, nenhuma penalidade, juros ou indenização poderão ser pretendidos pelas PARTES.

11.4. Serão para fins deste CONTRATO casos fortuitos ou motivos de força maior aqueles que se enquadrarem na conceituação legal do parágrafo único, do artigo 393, do Código Civil Brasileiro, ou nas disposições do inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

11.5. Cessados os efeitos do caso fortuito ou do motivo de força maior, serão restabelecidas as condições previstas neste CONTRATO.

11.6. No caso de não ser reconhecida pela CONTRATANTE a alegação de caso fortuito ou motivo



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

de força maior, poderão ser aplicadas as penalidades previstas neste CONTRATO.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1. A Administração Municipal, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO publicará no Diário Oficial Eletrônico do Município o extrato do contrato celebrado em decorrência de licitação realizada na modalidade pregão, no prazo de até 20 (vinte) dias da data da assinatura, conforme artigo 48, do Decreto Municipal n.º 093/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1. O CONTRATADO terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de encerramento do leilão, para apresentar ao CONTRATANTE o relatório de prestação de contas, contendo:

13.1.1. Demonstrativo financeiro, comprovantes de despesas realizadas em consonância com as obrigações estabelecidas no Termo de Referência, os comprovantes de arrematação com as Notas Fiscais correspondentes, o recolhimento do valor total das importâncias recebidas descontado o valor da comissão ofertada neste Pregão, inclusive os tributos previstos na legislação em vigor.

13.2. O relatório de prestação de contas do Leilão somente será aprovado pela Secretaria Municipal de Administração se cumpridas, pelo CONTRATADO todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

13.3. O recolhimento das importâncias devidas ao CONTRATANTE, descontados o percentual de comissão de vendas ofertado, deverá ser efetuado na conta a ser indicada posteriormente ao CONTRATADO.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por representantes do CONTRATANTE, especialmente designados.

14.2. Os servidores designados para fiscalização do contrato deverão possuir qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A fiscalização da presente contratação será exercida por pelo menos 02 (dois) servidores lotados na Secretaria Municipal de Administração, formalmente designados, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da contratação e de tudo darão ciência à Administração;

14.4. Os fiscais anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego do produto inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666/93.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Fica reservado a Fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com o fornecimento do objeto deste Contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.2. É prerrogativa do CONTRATANTE as disposições previstas no Art. 58, da Lei nº 8.666/93.

16.3. O presente contrato integra o ato convocatório desta licitação e seus anexos a este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Obriga-se a CONTRATADA, por si e seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, ficando desde já, eleito o foro da Comarca de São Gonçalo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do que ficou estipulado as partes contratantes assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

SECRETARIA MUNICIPAL DE _____	
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____